



BOLETIM 1393

Brasília (DF), 22 de novembro de 2024

Dieese: Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste no Brasil

De acordo com dados do IBGE, 57% da população brasileira é negra. Ou seja, a maioria se declara como negra ou parda. O estudo aponta ainda que os negros também são maioria entre os trabalhadores, somando 55% dos ocupados. Os dados foram apresentados por ocasião da data comemorativa ao **Dia da Consciência Negra, 20 de novembro**.

O Dieese destaca que nos últimos dois anos, com a relativa estabilidade política, o crescimento econômico do País teve continuidade. Este crescimento trouxe reflexos positivos sobre o mercado de trabalho, entre os quais, a queda na taxa de desemprego, o crescimento do emprego formal e a expansão dos rendimentos e da massa salarial.

O Dieese ressalta ainda que em 2024, 86% das negociações coletivas resultaram em reajustes acima da inflação, com ganho médio de 1,49% nos salários negociados. As melhores condições do mercado de trabalho, no entanto, não foram suficientes para reduzir a desigualdade racial de renda no Brasil.

No Boletim, é possível observar os principais desafios enfrentados pela população negra no mundo do trabalho. Os dados analisados pelo Dieese são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), do IBGE, e referem-se ao 2º trimestre de 2024.

DESTAQUES DO ESTUDO:

- O rendimento médio dos negros é 40% inferior ao dos não negros;
- Os negros com ensino superior ganham 32% a menos que os demais;
- Trabalhadores com o mesmo nível de ensino, diferença que pouco se alterou com a Lei de Cotas;
- Os negros recebem, em média, R\$ 899 mil menos que os não negros ao longo da vida laboral. Entre os formados, o valor chega a R\$ 1,1 milhão;
- Um em cada 48 homens negros ocupados está em um cargo de liderança, enquanto entre os não negros, a proporção é de um para cada 18 trabalhadores;
- Nas 10 profissões mais bem pagas, os negros representam 27% dos ocupados, mas são 70% dos trabalhadores nas 10 ocupações com os menores rendimentos;
- Uma em cada seis mulheres negras trabalha como empregada doméstica. O rendimento médio das domésticas sem carteira é R\$ 461 a menos que o salário mínimo.

Conheça a íntegra do estudo na página do Dieese.

CONTRICOM: compromisso com luta contra desigualdades raciais

O presidente da CONTRICOM, Altamiro Perdoná, por ocasião do Dia da Consciência Negra, comemorado no último dia 20 de novembro, lembrou que a entidade “tem um compromisso permanente com a luta contra as desigualdades raciais, que atingem principalmente a população negra do país, especialmente os trabalhadores”. O dirigente também lembrou do enorme contingente de trabalhadores negros nas categorias representadas pela entidade e reiterou “o desafio de continuar superando as desigualdades salariais e sociais que atingem esses trabalhadores e trabalhadoras do país”.

Centrais Sindicais: redução da Jornada Já!

As Centrais Sindicais divulgaram documento pelo fim da jornada 6X1, que reproduzimos na íntegra na sequência:

Nós, dirigentes das centrais sindicais brasileiras, nos somamos ao clamor nacional pelo fim da jornada 6x1 e insistimos, como temos feito em toda a nossa história, na redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

A mais recente redução da jornada que tivemos no Brasil, quando passou de 48 para 44 horas semanais, ocorreu na Constituição de 1988. A mudança na legislação resultou das campanhas salariais de novembro de 1985, quando diversos sindicatos conquistaram a redução da jornada em suas convenções coletivas. A conquista virou lei e foi nacionalizada através da Constituição Cidadã.

Desde então temos lutamos por uma redução gradual, viável, respeitando os acordos em cada categoria e que esteja em consonância com um projeto de um desenvolvimento com justiça social.

Com o avanço da automação e mudanças tecnológicas no processo de produção, o mundo do trabalho já não é o mesmo de 1988. Já está mais do que na hora de reajustar essa jornada, sem reduzir os salários e os empregos.

Diferentes propostas de Emenda Constitucional que visam a redução da jornada sem redução dos salários e até pela implantação da Semana de 4 Dias tramitam no Congresso Nacional.

A “viralização”, como se diz no jargão das redes sociais, do tema “fim da escala 6x1” (conforme proposta de PEC, da deputada federal



Érika Hilton - Psol), mostra que se trata de um forte anseio da classe trabalhadora. Os brasileiros querem mais qualidade de vida, bem-estar e menos doenças ocupacionais.

Querem, enfim, trabalhar com base em relações mais humanizadas. Isso é possível e é mais do que justo.

E experiências, como a semana de 4 dias, já implementadas em outros países e em algumas empresas brasileiras, mostram que a jornada reduzida aumenta a produtividade do trabalho e estimula a criação de novos postos. No Brasil poderá estimular o surgimento de até seis milhões de vagas de trabalho.

Nossa luta é para que a automação resulte em mais tempo livre e nunca em desemprego. É pela valorização do trabalho formal, com registro em carteira, para que mais trabalhadores sejam contemplados com as conquistas sindicais e legais. E é pelo fortalecimento das entidades sindicais, que garantirão na prática do dia a dia, a implementação dos direitos trabalhistas conquistados à base de muita luta e resistência.

São Paulo, 13 de novembro de 2024

Fonte: NCST

CONTRA O GOLPISMO E PELA DEMOCRACIA

As Centrais Sindicais também se manifestaram sobre a trama golpista denunciada pela Polícia Federal. Segue a íntegra do manifesto:

Assistimos com espanto e indignação às revelações da Polícia Federal sobre a trama golpista que tinha como objetivo assassinar o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, o vice-presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o próprio presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mesmo vindo de um grupo político com notória inclinação golpista, autoritária e avessa à democracia, o grau de violência e desumanidade causa espanto. O caso extrapola a definição, já grave, de conspiração política, e avança para o crime organizado e o terrorismo.

Ainda mais grave quando pensamos que esses elementos estiveram no poder, comandando o governo, sob a presidência de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2023.

Grave também constatar que essa cultura da barbárie, do desrespeito às normas de convívio social, à Constituição e até da vida contaminou parte da população que se dispõe a atuar como agentes dos golpistas, como se viu nos acampamentos pós-eleição, queima de ônibus em 12/12/2022, no ataque e depredação aos Poderes em 08/1/23 e no ato terrorista contra o STF no dia 13/11/2024, em Brasília.

Os acontecimentos revivem a triste memória do golpe de 1964, que iniciou um regime de terror, perseguições, repressão, torturas, assassinatos, arrocho salarial e aumento da dívida externa.



É preciso fortalecer o STF, os órgãos de Justiça e as regras eleitorais. Fortalecer, sobretudo, o projeto nacional de desenvolvimento, com inclusão social, geração de empregos de qualidade e com direitos, engajando cada vez mais a população em um permanente aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito.

É preciso dar celeridade às investigações para conhecer a extensão do plano de golpe e saber quem são todos os envolvidos. É preciso punir de forma exemplar para liquidar a escalada autoritária daqueles que não aceitaram perder as eleições.

Sem anistia aos golpistas!

A democracia, reconquistada a duras penas em 1985, e a Constituição de 1988 devem ser cultivadas a cada dia.

Democracia, democracia, democracia!"

São Paulo, 21 de novembro de 2024.

Repúdio aos cortes sociais

Ao ensejo do G20 Social, no Rio de Janeiro, as Centrais Sindicais divulgaram Carta ao Presidente Lula. Basicamente, o documento defende a proteção social aos mais pobres, cobra taxaço dos mais ricos e critica as bilionárias isenções fiscais a setores monopolistas.

Desde o 1º de Maio fraco deste ano, Lula tem se mantido distante do sindicalismo. A Carta, portanto, aguarda resposta.

Lula prorroga programa de enfrentamento à fila do INSS até fim de 2024

Em setembro, tempo médio para obter benefícios previdenciários voltou a subir, para 41 dias

Diante da piora da fila do INSS, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou uma medida provisória para prorrogar o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social até o fim deste ano. A MP 1.273 foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União (DOU) na quinta-feira (14).

O programa foi instituído em novembro do ano passado por nove meses, podendo ser prorrogado por mais três meses – com fim nesta semana. O objetivo é reduzir o tempo de análise de processos administrativos de reconhecimento inicial, de manutenção, de revisão, de recurso, de monitoramento operacional de benefícios e de avaliação social de benefícios administrados pelo INSS.

Ao longo de 2024, não houve mês em que a fila para a concessão dos benefícios previdenciários fosse inferior a um milhão de pessoas, mas houve uma diminuição do tamanho entre janeiro e junho, antes de voltar a crescer e alcançar o maior tamanho do ano.

No mês de setembro, último dado disponível do INSS, a fila de espera chegou a quase 1,8 milhão – são 1.093.835 pessoas aguardando há menos de 45 dias e outras 705.051 há mais de 45 dias. São 1.479.055 pessoas aguardando retornos do INSS ou perícia, ao passo que só 319.831 segurados é que precisam cumprir alguma exigência documental.

Fonte: InfoMoney



DIEESE: Quase 90% dos acordos fechados em setembro garantem ganho real

Um levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelou que 89,2% das 166 negociações salariais com data-base em setembro resultaram em aumentos reais, ou seja, acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE). Esse é o segundo melhor desempenho do ano, superado apenas pelo mês de maio, de acordo com o boletim divulgado pelo órgão.

Em relação às negociações realizadas ao longo de 2024, até setembro, o estudo mostrou que 86,3% dos 12.145 acordos analisados também resultaram em reajustes acima da inflação. Entre as demais, 10,3% registraram reajustes que acompanharam o INPC, enquanto apenas 3,4% não conseguiram repor as perdas inflacionárias. A média de ganho real dos reajustes do ano está em 1,49% acima da inflação, consolidando um cenário positivo para os trabalhadores.

Fonte: Mundo Sindical

Ipea: alta de preços foi maior para famílias de renda mais baixa

A inflação acelerou em outubro para quase todas as faixas de renda, na comparação com o mês de setembro. A exceção foi para as famílias de renda alta. Para os domicílios com renda muito baixa, a taxa de inflação avançou de 0,58%, em setembro, para 0,75%, em outubro, enquanto as famílias de renda mais alta passaram de 0,33% para 0,27% no mesmo período. Os dados são do Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A faixa de renda baixa é a que registrou a maior alta inflacionária no acumulado do ano (4,17%), enquanto o segmento de renda alta tem a taxa menos elevada (3,20%). Já no acumulado em 12 meses, as famílias de renda alta apresentam a menor taxa de inflação (4,44%), ao passo que a faixa de renda muito baixa aponta a taxa mais elevada (4,99%).

"Embora os grupos alimentos e bebidas e habitação tenham sido os principais pontos de descompressão inflacionária para todos os estratos de renda, o impacto de alta vindo destes dois segmentos foi proporcionalmente mais forte nas classes de rendas mais baixas, dado o maior percentual do gasto com esses bens e serviços no orçamento dessas famílias."

Mesmo com as deflações registradas em diversos alimentos in natura, como tubérculos (-2,5%), hortaliças (-1,4%) e frutas (-1,1%), os impactos da forte alta das carnes (5,8%), do frango (1,0%) e do leite (2,0%), além dos reajustes do óleo de soja (5,1%) e do café (4,0%), explicam a contribuição positiva desses grupos à inflação de outubro.

"Já o baixo nível dos reservatórios fez com que fosse adotada a bandeira vermelha patamar 2 nas tarifas de energia elétrica em outubro, gerando um reajuste de 4,7% e contribuindo para a pressão do grupo habitação", diz a nota do Ipea.

Em contrapartida, houve melhora no desempenho do grupo transportes, refletida principalmente pelas quedas das tarifas de transporte público, como ônibus urbano (-3,5%), trem (-4,8%) e metrô (-4,6%), além da deflação de 0,17% dos combustíveis. Com isso, houve um alívio inflacionário para todas as classes em outubro.

As famílias de renda alta sentiram uma descompressão inflacionária ainda mais forte da inflação dada a queda de 11,5% das passagens aéreas e de 1,5% no transporte por aplicativo, anulando, inclusive, a pressão exercida pelo grupo despesas pessoais, refletindo, especialmente, os reajustes de 1,4% dos serviços de recreação e lazer.

Fonte: Agência Brasil

Comissão aprova projeto que revoga pontos ultrapassados da CLT

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que revoga diversos pontos da CLT em desacordo com a Constituição Federal e com legislação posterior.

O substitutivo aprovado é do deputado Ossesio Silva (Republicanos-PE) ao PL 1663/23, do deputado Fausto Santos Jr (União-AM). O projeto original revogava mais trechos da CLT. Segundo Silva, por ter sido editada na década de 1940, muitos dos preceitos da CLT não acompanharam a evolução jurídica e social do país e não estão em consonância com o sistema jurídico em vigor.

"As relações de trabalho foram se aprimorando e tornando-se mais complexas, de modo que a necessária adequação da norma às relações de trabalho tem sido feita pelo TST", disse.



Governo federal projeta salário mínimo de R\$ 1.516 para 2025

O governo federal revisou para cima a projeção do salário mínimo para 2025. O novo valor estimado, de R\$ 1.516, representa um aumento de R\$104 em relação ao piso atual, fixado em R\$1.412. Diante do aumento da inflação nos últimos meses, o reajuste será maior do que o inicialmente previsto.

De acordo com o documento divulgado, “o aumento nos preços de alimentação, explicado principalmente pela maior ocorrência de eventos climáticos nesses últimos meses de 2024, tem impacto mais pronunciado na inflação de quem ganha até cinco salários mínimos. Por isso, a inflação medida pelo INPC deverá se aproximar daquela apontada pelo IPCA (inflação oficial) em 2024”.

Segundo a nova grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgada nesta segunda-feira (18), a estimativa para a inflação medida pelo

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2024 foi revisada de 4,10% para 4,40%.

A política de reajuste do salário mínimo, em vigor desde o ano passado, segue uma estratégia de valorização que assegura um aumento real acima da inflação. O cálculo é feito somando a inflação medida pelo INPC (4,40%) com a variação do PIB de dois anos atrás, que foi de 3%. Esse método resultou em um reajuste estimado de 7,40%.

Para entrar em vigor em 1º de janeiro de 2025, o novo valor do salário mínimo ainda precisa ser aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula até o final deste ano.

Fonte: Brasil247

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

INSTITUTO DOIS CANDANGOS